

**A ÉTICA DA SUSTENTABILIDADE E DA RE-INCLUSÃO
UMA LEITURA HERMENÊUTICA DA PARÁBOLA DOS
TRABALHADORES
DA UNDÉCIMA HORA (MT 20,1-16)**

Isidoro Mazzarolo

Resumo

O texto propõe uma reflexão em torno do mundo do trabalho e a diferença entre a forma de julgamento do ser humano e de Deus. Na lógica do lucro, os mais fortes, competentes e privilegiados ocupam os primeiros lugares exercendo uma força centrífuga de exclusão dos mais fracos. Seguindo a mesma lógica, os mais fortes esperam retribuições diferenciadas, pouco se importando com aqueles que estão sendo empurrados para fora das esferas da competição e sobrevivência. Na parábola dos trabalhadores da undécima hora o redator mateano nos mostra que no juízo de Deus deve estar a preocupação com a inclusão de todos e por isso o olhar divino sobre a produção humana é diferente: aos fortes a justiça e aos fracos a misericórdia.

Palavras-chave: *Mateus. Parábola. Trabalho. Pobre. Justiça. Misericórdia.*

Abstract

The text proposes a reflection about the world of work and the difference between the Men and God's judgment. In the logic of profit, the strong, the authorities and the privileged occupies the first place exerting a centrifugal force of exclusion of the weakest and, following the same logic, the strongest wants differentiated salaries and don't care about those who are being pushed outside the sphere of competition and survival. In the parable of the workers of the eleventh hour, the Matthean writer shows us that the judgment of God should be the concern about the inclusion of everyone so, the divine eye about the human production is different: Justice to the strong and mercy to the weak.

Keywords: *Justice. Mercy. Inclusion. Parable. Work. Matthew.*

1. O contexto da parábola no Evangelho de Mateus 20,1-16

O texto se situa dentro da parte parenética do Evangelho 19-25, onde Jesus inicia, numa linguagem quase forense, explicitação da forma de julgamento divino. Longe de apresentar Deus como um ser arbitrário e tirano, mas um Deus que é bom e mostra que seu juízo é muito mais compassivo que o humano. Nessa fase do Evangelho, Jesus retoma o programa do Sermão da Montanha (Mt 5-7) e confronta os critérios do julgamento de Deus com o comportamento humano: cada um julga a si mesmo pelas próprias atitudes (cf. Mt 25,1-46).

No texto imediatamente antecedente a Mt 20,1-16 encontramos três ensinamentos muito pertinentes com o contexto da parábola: a) O ensinamento do jovem rico (Mt 19,16-22) o qual conhece todos os mandamentos, mas não consegue desvencilhar-se de suas riquezas e com isso não consegue encontrar as riquezas do Reino; b) O perigo das riquezas e posses (Mt 19,23-26) para o acesso ao Reino, visto que é mais fácil um camelo passar pelo buraco de uma agulha do que um rico entrar no Reino dos Céus (Mt 19,23); c) A promessa do cêntuplo nessa vida e herança eterna aos que se desprenderem das riquezas desse mundo (Mt 19,27-30). A conclusão é: *muitos dos primeiros serão últimos e muitos dos últimos serão os primeiros* (19,30).

No texto subsequente (20,17-34) encontramos quatro perícopes exortativas: a) O terceiro anúncio da paixão (20,17-19) como preparação imediata aos acontecimentos de Jerusalém; b) A advertência à mãe de Tiago e João pela sua falta de humildade e espírito de comunhão (20,20-23); c) A parênese aos que ocupam cargos e postos de poder, a fim de que aprendam do Filho do Homem a servir e não buscar serem servidos (20,24-28); d) Os dois cegos de Jericó, simbolizando toda a cegueira judaica desde os tempos do Êxodo, mas que agora querem que seus olhos se abram à fé e à verdade (20,29-34).

Os capítulos 19-25 de Mateus estão dentro do quadro do julgamento, levando em consideração as necessidades das mudanças de critérios de tratamento, julgamento e ação proporcionados pelos ensinamentos de Jesus: “*ouvistes o que foi dito aos antigos... eu, porém, vos digo...*” (Mt 5,21-48). A “plataforma político-pedagógica” do Sermão da Montanha (Mt 5-7) é levada em consideração na parte final do Evangelho. Deus propõe e o ser humano dispõe, mas sobre cada disposição pesa uma responsabilidade. Deus quer abrir os olhos, quer mudar o coração, quer construir uma nova sociedade – a civilização do amor e da justiça – ao homem cabe responder positivamente aos apelos dos tempos e momentos. É dentro desse quadro que se situa a parábola dos trabalhadores da vinha ou dos trabalhadores da undécima hora.

2. O cenário da parábola

Na verdade, podemos dizer que não se trata de uma parábola, mas da leitura concreta da vida em muitas cidades da Palestina. Jesus deve ter tirado esse ensi-

namento de algum lugar onde os trabalhadores avulsos se concentravam à espera de um trabalho como diaristas. Com a introdução do helenismo greco-romano muitos lavradores e camponeses perderam suas terras e se tornaram escravos ou assalariados diaristas. Tal processo de desapropriação, na verdade, já começou com a instalação da monarquia, como é exemplificado no episódio de Jezabel e Nabot, quando essa manda matar Nabot para tomar-lhe os campos (1Rs 21,1-16).

A concentração das terras férteis nas mãos dos ricos e poderosos inescrupulosos obrigava muitos camponeses a se concentrarem nas periferias das vilas e cidades, onde viviam como diaristas ou como escravos de outros patrões¹.

Um cenário modelo, talvez não tivesse sido exatamente este nos tempos de Jesus, mas podia ser encontrado em Jerusalém. Até poucos anos atrás, na década de 1990, era possível ver-se, na grande praça (hoje modificada pelos israelenses), em frente à porta da muralha antiga, conhecida como “Porta de Damasco”, um grande número de trabalhadores – diaristas – esperando ser contratados, normalmente, por um dia de serviço. Assim, entre as 04:30 e 05:30 horas da manhã, a praça se enchia à espera dos primeiros contratadores de serviços braçais. O tempo de serviço pressupunha uma jornada de 12 horas (06:00 – 18:00h), ou, na expressão popular, de sol a sol, como era concebido o dia no mundo antigo. A maioria deles chegava com seu traje de trabalho e uma marmita. A parábola tem como pano de fundo uma experiência vivida e, à medida que as fases da vida foram mudando, ela ganhou matizes catequéticos diferentes, assim os “últimos” foram personificando a realidade dos humildes, do povo da terra, dos pecadores e dos pagãos incorporados ao Reino de Deus².

O valor de um dia de serviço era chamado denário³. Para receber um denário era pressuposto que o contratado trabalhasse durante as doze horas do dia. Se o diarista fosse contratado cedo, ou nas primeiras horas do dia, a expectativa era de receber uma diária completa. Mas à medida que as horas passavam, o valor do trabalho ia sendo reduzido, ou seja, o ganho era proporcional às horas de serviço.

Esses trabalhadores diaristas não tinham emprego ou trabalho fixo por muito tempo. Na época de colheitas ou de plantio, o período de contratação podia ser um pouco maior, mas depois tudo voltava ao ponto de partida: nenhuma garantia. Além disso, não possuíam qualquer amparo social. Eles eram como os diaristas, os chapas e os bóias-frias dos dias de hoje, escravos nas fazendas de empresas multinacionais, sem carteira assinada, sem documentos de seguridade social, sem assistência médica e devedores permanentes de seus patrões.

1. Tal processo de assalto das terras acontece ainda hoje no Brasil, especialmente com as terras indígenas no Mato Grosso, Amazônia e serrado nordestino.

2. GOMÁ, I. *El Evangelio según Mateo*, v. II, p. 270.

3. É uma moeda romana, de prata, com imagem e inscrição do imperador, equivalente a uma dracma. Cf. Dicionário enciclopédico da Bíblia. Redator A. van den Born. 2.ed. Petrópolis: Vozes; Lisboa: Centro do Livro Brasileiro, 1977, col. 367.

Os trabalhadores da praça precisavam encontrar um trabalho, cada dia, pois o pagamento era feito mediante a tarefa executada. No dia seguinte a cena se repetia: eles precisavam madrugar, voltar à praça e esperar que alguém os contratasse, a fim de garantir outra vez o *denário* (salário daquele dia). É importante observar que todos eles se colocam na praça, à disposição dos patrões, desde cedo. Todos os donos de obras que precisam de diaristas buscam na praça, cada dia, o número necessário, mas quando as obras cessam, os que trabalharam para esse patrão voltam para a praça⁴.

A legislação judaica concernente ao trabalho é respeitada escrupulosamente: o valor da diária foi tratado oralmente, mas garantido na hora do acerto⁵.

3. A lógica da produção

O mundo do trabalho, salvo algumas exceções, é guiado pela busca da excelência, da competitividade e do lucro. Nos concursos seletivos para empregos são escolhidos os mais capazes, mais hábeis e competentes. Os menos preparados vão ficando cada vez mais para trás, na conhecida “massa sobrando”. O mercado é competitivo e excludente. É uma luta que consagra os mais fortes e os vencedores.

Os patrões, ao buscar operários, seguem as regras da produção e dos resultados. Nessa lógica da cadeia produtiva, os primeiros a serem levados são os mais fortes, os mais saudáveis e capazes para as atividades solicitadas com a finalidade de maior lucro para os contratantes. Assim, à medida que os patrões aparecem, o número de trabalhadores na praça diminui, numa ordem de seleção natural, a começar pelos mais fortes até os mais fracos. Os que são mais velhos, mais franzinos, mais debilitados acabam ficando sempre para trás ou por último. E, algumas vezes, as horas passam, a tensão e as incertezas de ser contratado para o trabalho aumentam – vem a segunda, a terceira e até a undécima hora, não raro, tendo que voltar para casa sem encontrar trabalho.

4. A exploração da força humana de trabalho

Jesus usa esse quadro catastrófico do cotidiano para mostrar que os critérios da lógica humana, não raro, estão bastante distantes das propostas divinas. Como reflete um homem que vai a essa praça na primeira hora, depois retorna na terceira hora, na sexta, na nona e por fim na última hora do dia, a undécima hora (17:00h)? O dia começava às 18 horas da tarde; incluía as doze horas da noite,

4. MAZZAROLO, Isidoro. *Evangelho de Mateus – Ouvistes o que foi dito aos antigos – coisas velhas e coisas novas*. Rio de Janeiro: Mazzarolo editor, 2005, p. 291.

5. MARGUERAT, Daniel. *Le jugement dans l'Évangile de Matthieu*. Genève: Labor et Fides, 1995, p. 452.

até às 06:00 horas da manhã, começava então a contagem das doze horas do dia, até às 18:00 horas. Aquele empresário fez sua primeira busca de operários na primeira hora, e combinou com eles o valor da diária, um denário romano, pagamento por um dia de trabalho (Mt 20,2). Mas esse mesmo patrão levou para a sua vinha também os outros, que foram rejeitados na praça, por razões de capacidade, de idade ou de condições, mesmo os da última hora, que haviam passado o dia todo esperando por alguém, sem serem contratados. Com estes não combinou o valor da hora

Na parábola dos trabalhadores da vinha aparece uma dupla ênfase: a) O pagamento dos que foram convocados na undécima hora; b) A indignação dos trabalhadores da primeira hora⁶.

Olhando e contemplando essa realidade, Jesus propõe uma nova reflexão sobre o mundo do trabalho. Este ensinamento coloca dois elementos em realce: a) O exercício da justiça; b) A necessidade da misericórdia. O *primeiro critério* nas relações de trabalho é a justiça (5,20), mas pode ser que a justiça ainda seja pequena diante da realidade sociológica, então entra o *segundo* critério: a misericórdia e a graça.

5. A inversão na lógica da retribuição

Na hora do pagamento o “mestre da vinha estima que os trabalhadores da undécima hora têm o direito, como os outros, ao *minimum vital*, mesmo se esses só tenham encontrado trabalho na parte final do dia”⁷. Com esses ele quer ser bom (20,15). Essa generosidade do mestre da vinha para com esses trabalhadores é uma imagem da magnanimidade de Deus para com os pobres e humildes. O pagamento é feito pela ordem inversa do chamado: esse senhor iniciou chamando os últimos, aqueles que ele havia buscado na praça na undécima hora, e que haviam trabalhado apenas uma hora. Ele ordenou que fosse dado a eles um denário e depois foi pagando a todos os outros o mesmo valor⁸.

6. A indignação dos mais fortes

Não são apenas os patrões que podem ser injustos. Os companheiros privilegiados pela saúde, pela força e condições físicas, muitas vezes ignoram a situação dos mais fracos, velhos ou incapazes. Aqueles que tinham sido chamados na primeira hora sentiram-se ofendidos e injustiçados, pois, tendo trabalhado o dia todo, acreditavam receber doze vezes o valor dado aos da undécima hora. Os

6. BENOIT, P., BOISMARD, M.-E. *Synopse des Quatre Évangiles*, v. II. Paris. Editions du Cerf, 1980, p. 215.

7. BENOIT; BOISMARD, *Synopse des Quatre Évangiles*, v. II, p. 215.

8. MAZZAROLO, *Evangelho de Mateus*, p. 290.

mais fortes, ao verem o pagamento igual aos mais fracos, sentiram-se lesados e injustiçados, visto que a ordem do acerto fora feita pelos mais fracos. Eles não só reclamam, mas também não aceitam a decisão do patrão, esquecendo aquilo que havia sido combinado: um denário (20,13). O patrão lhes pergunta: “Não tenho o direito de fazer o que quero com aquilo que é meu? Ou estais com ciúme porque sou bom (20,15)?”

O senhor da vinha deve ter pensado no que teriam aqueles que trabalharam uma hora só para manter sua vida, a saúde e o sustento de suas famílias. Os primeiros teriam condições de comprar alimento, levar para suas famílias o sustento e voltariam no dia seguinte dispostos para mais uma jornada. Os últimos não teriam como comprar alimentos; não teriam garantido o seu sustento nem o de suas famílias. Se eles já não estavam bem, voltariam, no dia seguinte, em piores condições.

Para permitir que os últimos continuassem vivos, recuperassem as condições físicas, psíquicas e sociológicas, não bastava a justiça, pois dividir um denário por doze (1/12) como pagamento seria apostar na enfermidade, na indignância e na morte. Para reintegrar esses trabalhadores no mundo do trabalho, aquele senhor usou de misericórdia. Os fortes, os da primeira hora, no entanto, além de se revoltarem quanto ao pagamento, condenam a atitude do senhor que usou de misericórdia para com os fracos. Eles manifestam uma dupla rejeição: a) A bondade e a compaixão usada pelo administrador da vinha, como pedagogia da inclusão; b) A possibilidade de graça aos últimos. O administrador, no entanto, mantém sua radical fidelidade à palavra prometida aos primeiros, procedendo, juridicamente, de modo íntegro e com os últimos, agindo graciosa e soberanamente⁹.

Esta paráfrase, utilizando uma realidade comum, explica a compaixão e a graça do Pai com aqueles que têm menos condições, que foram prejudicados pela vida, que não tiveram berços dourados, mas dão tudo o que possuem para participar na construção do Reino. Estes, que são os últimos na escala social, serão tratados com misericórdia e compaixão pelo Pai celeste. A pedagogia da inclusão de Jesus é uma crítica à lógica social da exclusão, da valorização dos superdotados, dos gênios e dos tecnólogos dos dias de hoje. A lei do mais forte obedece a uma lógica produtiva, competitiva, mas é uma lógica igualmente excludente e marginalizadora. Nessa lei do mais forte, os mais fracos vão se esvaindo e se fragilizando, até acabarem morrendo.

9. MARGUERAT, *Le jugement dans l'Évangile de Matthieu*, p. 457. No seu comentário, o autor faz uma associação com a parábola do “filho pródigo” (Lc 15,11-32) na qual o filho mais velho não aceita e condena a atitude do Pai diante do perdão oferecido ao filho mais novo.

7. A ruptura de paradigmas – o contraste entre a lógica de Deus e as ambições humanas

Deus paga a quem trabalhou considerando as condições de cada um, não pelo tempo ou quantidade de resultado obtido. A pedagogia da inclusão pressupõe o empenho máximo, mas respeitando as condições individuais. A ilustração pode ser tomada de outra parábola, a dos talentos (25,14-30).

Quem recebeu cinco talentos deve produzir por cinco e quem recebeu um talento deve produzir mais um. A meta não é que todos produzam de modo igual, mas que todos produzam 100% do que receberam.

A pedagogia de Deus inverte a pura racionalidade humana, rompe com os paradigmas humanos da lei dos mais fortes, dos mais sábios, dos mais abastados e dos privilegiados.

Aos fortes, aos hábeis e competentes deve-se remunerar com justiça e de conformidade com os critérios do trabalho combinado. Com os fracos, no entanto, é preciso agir com misericórdia e compaixão.

A grande lição dessa parábola no contexto do texto em Mt 19–25 é o sentido escatológico que ela assume diante da lógica do trabalho, do mundo das riquezas e dos critérios dos mais fortes¹⁰.

Diante de Deus, os que são ricos, poderosos e satisfeitos com suas posses nesse mundo ficarão para depois dos pobres e humildes. Se é mais fácil um camelo passar pelo buraco de uma agulha do que um rico entrar no Reino dos Céus (19,23), então esses já terão seu prêmio destinado. Assim, os que são os primeiros nesse mundo, por seus bens, prestígio e posição, serão os últimos¹¹.

8. Quem são os últimos?

Os samaritanos: Na tradição judaica, após o retorno dos exilados e todo o processo conflitivo da reconstrução do Templo, sob a liderança de Esdras (cf. Esd 1–4), o povo da terra, que eram os remanescentes das deportações, somados a estrangeiros que vieram ocupar espaços vazios, passaram a ser tratados como impuros e sem direito à participação nas funções religiosas e à convivência com os judeus puros (cf. Esd 9–10). Esse conflito é tipificado no diálogo e na ruptura da exclusão no encontro de Jesus com a Samaritana (Jo 4,1-26). No Evangelho de Lucas, Jesus ironiza as instituições judaicas com suas leis de exclusão na metáfora do Bom samaritano (Lc 10,29-37).

10. BENOIT; BOISMARD, *Synopse des Quatre Évangiles*, v. II, p. 215.

11. “*Os últimos serão os primeiros e os primeiros serão os últimos*” (20,16). O redator mateano inverte aqui a máxima de 19,30 na qual afirma que “*muitos dos primeiros serão os últimos e muitos dos últimos serão os primeiros*”.

As mulheres e as crianças: A sociedade judaica estava moldada de forma piramidal e androcêntrica¹², estando no topo da pirâmide o sumo sacerdote e o governante civil, depois os magistrados do sinédrio e os nobres. Na base da pirâmide estavam os que não tinham a menor importância, tais como: doentes, impuros, estrangeiros, as mulheres e as crianças.

Os publicanos: O Evangelho de Lucas revela, ainda que de modo apologético, a ruptura que havia entre judeus puros e judeus impuros. Os impuros eram os que, de uma ou de outra forma, necessitavam da convivência com o “povão” e por isso não tinham como conservar sua pureza ritual. Dentre essas categorias estavam os *publicanos*; eles precisavam estar em contato com pessoas de todas as categorias a fim de arrecadar junto a empresários, signatários e lavradores do campo os impostos estabelecidos pela lei. Os publicanos sabiam da forma como eram tratados pelos judeus e por isso, além de conservar seu lugar social, tinham que conservar distância até nos espaços de oração, como nos é mostrado por Lucas, na oração do publicano e do fariseu (cf. 18,9-14).

Os pagãos: Apoiados no “falso” conceito de “eleição”, os judeus se separavam dos pagãos por considerá-los impuros. O paradigma da impureza era o cão. Numa das viagens de Jesus fora da Galileia, ele encontra uma viúva que vem ao seu encontro intercedendo pela cura de sua filha. Usando arquétipos judaicos, Jesus afirma que não era lícito tirar o pão da boca dos filhos para dá-lo aos cachorrinhos. A mulher retruca dizendo que também os cachorrinhos são dignos, senão do pão, ao menos das migalhas que caem da mesa dos filhos (Mc 7,24-30). Os pagãos eram tratados como cachorros, por isso, Paulo, ao escrever aos filipenses, faz uma advertência bastante forte, a fim de que eles tomassem cuidado com os cães, na interpretação inversa: os impuros, diante do Evangelho, eram os judeus e não mais os pagãos (Fl 3,2).

Os últimos, hoje, são todos aqueles que não pagam imposto de renda. A sociedade considera as pessoas pelo seu teor produtivo, das quais possa ser exaurido o seu suor através de impostos, taxas, custos sem benefícios em troca. Assim, pobres, mendigos, lavradores, beduínos e crianças não contam para um sistema capitalista.

A lógica do Reino de Deus é, exatamente, a valorização das grandes massas humanas e da sua dignidade. As pessoas não são máquinas de produção, mas criaturas com dons, com carismas e com talentos diferentes e embelezam a criação como obra divina. Esses últimos, que agem com simplicidade, com honestidade e amor, mesmo em condições adversas e preconceitos dos nobres e senhores feudais, serão os primeiros no Reino.

12. GOMÁ, *El evangelho según Mateo*, v. II, p. 279, tipifica o androcentrismo na figura do fariseu.

Conclusão

O comportamento dos “fortes” em relação aos “fracos” ou dos “primeiros” diante dos “últimos” nos leva a um olhar diferente sobre o mundo do trabalho e o julgamento sobre as capacidades de produção. A reação dos trabalhadores da primeira hora, imbuídos de ideais gananciosos e prepotentes nos leva a uma aproximação com o comportamento do irmão mais velho na parábola do “filho pródigo” (Lc 15,11-32). Nessa parábola, enquanto o Pai se alegra pela recuperação do filho perdido, o irmão mais velho se reveste de rancor contra o irmão e contra o Pai. Essa é a metáfora do comportamento daqueles que procedem e julgam a história pela lógica da exclusão, mas Deus mostra seu olhar soberano, compassivo e misericordioso. Enfim, quem julga é o próprio Deus.

Bibliografia

- BENOIT, P.; BOISMARD, M.-E. *Synopse des Quatre Évangiles*, v. II. Paris: Éditions Du Cerf, 1980.
- GOMÁ, Isidro. *El Evangelio según Mateo*, v. II. Madrid: Marova, 1976.
- MARGUERAT, Daniel. *Le jugement dans l'Évangile de Matthieu*. Genève: Labor et Fides, 1995.
- MAZZAROLO, Isidoro. *Evangelho de Mateus – Ouvistes o que foi dito aos antigos – coisas velhas e coisas novas*. Rio de Janeiro: Mazzarolo editor, 2005.

Isidoro Mazzarolo
Rua Capitão Teles, 439 – Centro
26551-190 Rio de Janeiro, RJ
mazzarolo.isidoro@gmail.com